

Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo N° 2025.04.25.001-DL



Unidade responsável
Fundo Municipal de Saude
Prefeitura Municipal de Chorozinho



Data
25/04/2025



Responsável
Comissão De Planejamento

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

As Unidades Básicas de Saúde e o Hospital Municipal, vinculados à Secretaria de Saúde do Município de Chorozinho-CE, estão enfrentando um problema significativo: a insuficiência de materiais gráficos necessários para o atendimento eficiente aos pacientes. Esta insuficiência é agravada pela crescente demanda por serviços de saúde, resultado do aumento populacional e das necessidades de saúde cada vez mais complexas da comunidade local. A incompatibilidade dos recursos disponíveis com os requisitos técnicos atualizados destaca a urgência de uma contratação que assegure a continuidade e a qualidade dos serviços prestados. Os materiais gráficos, como receituários e fichas de atendimento, são essenciais para a documentação segura e eficiente das atividades médicas e administrativas, impactando diretamente na qualidade e segurança do atendimento à população.

Não atender a essa demanda pode resultar em interrupções na prestação de serviços essenciais, comprometendo o cumprimento das metas institucionais da saúde, como o aumento da segurança e da eficiência na prescrição de tratamentos. Isso afetaria negativamente a execução dos serviços públicos, prejudicando o interesse coletivo em obter um atendimento de saúde de qualidade. Portanto, a continuidade dos serviços médicos é de interesse público, alinhando-se aos princípios de eficiência e economicidade estabelecidos pelo art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Os resultados pretendidos com a contratação incluem a modernização e adequação dos processos administrativos e médicos nas unidades de saúde do município, assegurando a continuidade dos serviços e aprimorando o desempenho institucional. A contratação permitirá a padronização dos materiais utilizados, facilitando a integração e a eficiência operacional. Este investimento é coerente com os objetivos estratégicos da Administração Municipal, prioritariamente visando garantir um



sistema de saúde organizado e eficaz, alinhando-se ao art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que incentiva a inovação e a melhoria contínua dos serviços públicos.

Assim, a aquisição desses materiais gráficos é imprescindível para solucionar o problema da insuficiência atual, garantindo que as Unidades Básicas de Saúde e o Hospital Municipal continuem a prover serviços essenciais de qualidade, alcançando os objetivos institucionais traçados, em conformidade com os princípios e fundamentos legais vigentes, conforme estabelecido no art. 18, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Fundo Municipal de Saude	GLEYCIANE SOARES DE OLIVEIRA

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa atender à necessidade identificada pela Secretaria de Saúde do Município de Chorozinho-CE de adquirir materiais gráficos, como receituários e fichas de atendimento, indispensáveis ao funcionamento eficaz das Unidades Básicas de Saúde e do Hospital Municipal. Essa aquisição é essencial para garantir a continuidade de serviços de saúde de qualidade e otimizar a eficiência e segurança no tratamento e na administração dos serviços prestados. Conforme estabelecido, há uma demanda operacional constante, amparada pelas diretrizes institucionais voltadas à melhoria do sistema de saúde local.

Os padrões mínimos de qualidade para os materiais a serem adquiridos envolvem especificações técnicas que assegurem durabilidade e eficiência no uso diário, considerando o fluxo contínuo de atendimentos e a necessidade de resistência ao manuseio frequente. As métricas objetivas incluem padrões de gramatura e tipo de papel, compatíveis com o uso médico-hospitalar, além de impressão clara e legível, conforme orientações do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, reforçando a economicidade e a sustentabilidade na escolha de materiais. A utilização de catálogo eletrônico de padronização foi avaliada, sendo constatada a ausência de itens plenamente compatíveis com as exigências específicas da contratação.

Quanto à indicação de marcas ou modelos, a vedação permanece como regra, permitindo-se tal indicação somente se houver justificativa técnica clara, assegurando que tais características são absolutamente necessárias para atender à demanda, sem direcionamento indevido. Não há indícios de que os materiais gráficos possam ser classificados como bens de luxo, considerando-se os critérios estabelecidos no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, e corroborados pelo Decreto nº 10.818/2021. A entrega dos materiais deverá ocorrer de forma a garantir eficiência operacional, com possibilidade de solicitação de amostras para avaliação antes do fornecimento definitivo, de modo a mitigar custos administrativos elevados.

Critérios de sustentabilidade incluem a utilização de materiais recicláveis e processos de produção ambientalmente responsáveis, alinhados ao Guia Nacional de



Contratações Sustentáveis, sempre que possível. Ao definir os requisitos que orientarão o levantamento de mercado, foca-se na capacidade dos fornecedores atenderem aos critérios mínimos técnicos e condições operacionais, permitindo uma eventual flexibilização justificável dos requisitos para não restringir a competição, assegurando, ainda, a adequação à necessidade apresentada.

Assim, os requisitos delineados fundamentam-se na necessidade identificada pelo Documento de Formalização da Demanda (DFD) e estão integralmente conformes com a Lei nº 14.133/2021, sobretudo os arts. 5º e 18, fornecendo a base técnica para o subsequente levantamento de mercado que contribuirá para a escolha da solução contratual mais vantajosa.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado é um componente essencial no planejamento da aquisição de materiais gráficos, conforme descrito na documentação de formalização da demanda. Conforme art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, impede práticas antieconômicas e assegura que as soluções contratuais adotadas estejam alinhadas aos princípios descritos nos artigos 5º e 11. O objetivo é promover um contrato que garanta o interesse público com base na necessidade de fornecimento de materiais gráficos tais como receituários e fichas de atendimento para as unidades de saúde do município de Chorozinho-CE.

A pesquisa de mercado realizada abrangeu consultas a três fornecedores principais, focando em faixas de preços para diferentes tipos de papel e métodos de impressão, além de prazos de entrega. Também foram analisadas contratações anteriores de órgãos públicos similares, que apresentam valores e modelos de aquisição compatíveis, revelando uma tendência de variação nos custos associados ao uso sustentável de materiais. Fontes públicas confiáveis, como o Painel de Preços, foram utilizadas para verificar a competitividade dos preços pesquisados e identificar possibilidades de inovação, como o emprego de papéis recicláveis e tecnologias de impressão mais econômicas e rápidas.

Uma análise comparativa dessas alternativas foi realizada, considerando critérios técnicos e econômicos. Observou-se que a adesão a uma Ata de Registro de Preços (ARP) fornece uma padronização dos preços e segurança contratual para fornecedores de materiais consumíveis, enquanto a compra direta poderia permitir uma personalização maior das especificações e preços pré-definidos conforme necessidade específica de cada unidade de saúde. Inovações como o uso de papéis recicláveis e tintas à base de soja são benéficas e refletem a sustentabilidade.

Com base nos dados, a alternativa considerada mais vantajosa é a adesão a uma ARP por satisfazer a demanda de forma eficiente em termos de preço e escopo, favorecendo a continuidade do fornecimento e alavancando negociações baseadas em demandas contratuais semelhantes. Adicionalmente, as práticas de sustentabilidade e inovações tecnológicas aplicadas asseguram um custo total de propriedade em conformidade com os resultados pretendidos pelo contratante.

Recomenda-se a abordagem de adesão a ARP como eficiente e alinhada aos



princípios de transparência e competitividade, garantindo que os materiais gráficos adquiridos serão de alta qualidade e a preços justos, de acordo com as condições do mercado e as necessidades das unidades de saúde.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para a aquisição de materiais gráficos visa atender à necessidade essencial das Unidades Básicas de Saúde e do Hospital Municipal vinculados à Secretaria de Saúde do município de Chorozinho-CE. Essa contratação é fundamental para garantir o funcionamento contínuo e eficiente dos serviços de saúde oferecidos à população, assegurando a qualidade e segurança na emissão de documentos médicos e administrativos como receituários e fichas de atendimento.

Esse processo de aquisição envolve a seleção cuidadosa de fornecedores que podem atender aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos, incluindo o tipo de papel, impressão, gramatura, e resistência dos materiais, conforme levantados na "Descrição dos Requisitos da Contratação". A solução prevê ainda a entrega contínua desses materiais, garantindo que as unidades de saúde estejam sempre abastecidas sem interrupções no atendimento devido à falta de insumos críticos.

O levantamento de mercado realizado indica que a escolha por aquisição, ao invés de alternativas como locação, é mais vantajosa dada a natureza dos materiais e a demanda contínua. A proposta de solução considera a eficácia no uso de recursos públicos e a economicidade, integrando-se aos objetivos estratégicos de manutenção da qualidade do serviço público de saúde. Assim, a solução cumpre os princípios da Lei nº 14.133/2021, ao garantir a economicidade e eficiência na utilização dos recursos, além de representar a alternativa mais adequada para atender as necessidades identificadas no ETP.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	RECEITUARIO AZUL ,SÉRIE B1 , COM 50 FOLHAS, TAM 19, VIA ÚNICA, NA COR AZUL.	100,000	Bloco
2	RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL, 50x2, TAM 18, PAPEL AUTOCOPIATIVO	1.000,000	Bloco
3	GUIA DE REFERENCIA, TAM OFICIO, 50X2, PAPEL 75G, PAPEL AUTOCOPIATIVO	300,000	Bloco
4	CARTILHA GESTANTE - PAPEL 180G -TAMANHO OFICIO DUAS CORES / 28X20 ABERTA - PAPEL 60KG - 10 PAGINAS / FRENTE E VERSO	300,000	Unidade
5	CARTÃO DE IMUNIZAÇÃO DE ADULTO COLORIDO - 21x15 PAPEL 60KG	1.000,000	Unidade
6	ATESTADO MÉDICO, 100 FOLHAS, TAM 18 PEPAL 75G	60,000	Bloco
7	MAPA DIARIO DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL, COM 100 FOLHAS, TAM OFICIO PAPEL 75G.	50,000	Bloco
8	BOLETIM DE RECONHECIMENTO, COM 100 FOLHAS, TAM OFICIO PAPEL 75G.	20,000	Bloco



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
9	FOLHA DE ANAMNESE HOSPITALAR, COM 100 FOLHAS, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE	10,000	Bloco
10	SOLICITAÇÃO DE EXAMES - TAM 18 100x1	200,000	Bloco
11	TERMO DE RESPONSABILIDADE FRENTE/VERSO - PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO 100 X 1	10,000	Bloco
12	FICHA DE ATENDIMENTO AO PACIENTE EXTERNO/EMERGENCIA TAM 18, FRENTE E VERSO	100,000	Bloco
13	FICHA DE PROTOCOLO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAL, TAM 18, CARBONADA	50,000	Bloco
14	BOLETIM DE ADMISSÃO, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco
15	BOLETIM DE FATURAMENTO HOSPITALAR – OBSTETRICIA E CLINICA, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco
16	RESUMO DE ALTA HOSPITALAR, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco
17	FICHA DE PARTOGRAMA, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE E VERSO	10,000	Bloco
18	FOLHA DE PRESCRIÇÃO MEDICA HOSPITALAR, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE E VERSO	30,000	Bloco
19	FOLHA DE SUMARIO DE INTERNAMENTO, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE	10,000	Bloco
20	LAUDO MEDICO PARA SOLICITAÇÃO HOSPITALAR, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco
21	FOLHA DE FICHA A, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE E VERSO	2,000	Bloco
22	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco
23	MAPA DE TEMPERATURA DE GELADEIRA DA SALA DE VACINA, 100X1, PAPEL 75G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco
24	FORMULÁRIO RAAS DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE E VERSO	30,000	Bloco
25	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL INDIVIDUALIZADO – CAPS, 100X1, PAPEL 75G, TAMANHO OFICIO	30,000	Bloco
26	FICHA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR E-SUS (SAD), PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE E VERSO	30,000	Bloco
27	FICHA DE AVALIAÇÃO DE ELEGIBILIDADE E ADMISSÃO, 100X1, PAPEL 75G, TAMANHO OFICIO	20,000	Bloco
28	PRONTUARIO DE ATENDIMENTO PSICOLOGICO – CAPS, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE E VERSO	10,000	Bloco
29	LAUDO MÉDICO ESPECIALISTA, 100X1, PAPEL 75G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco
30	FICHA DE VISITA DOMICILIAR DOS AGENTES DE ENDEMIAS, TAMANHO 15 X10	10.000,000	Unidade
31	RESUMO SEMANAL DOS TRABALHADORES 100x1 FRENTE/VERSO, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO	20,000	Bloco
32	FICHA DE ITINERARIO DE TRABALHO DO AGENTE, 100X1, TAMANHO OFICIO, PAPEL 75G	20,000	Bloco
33	BOLETIM DIARIO DE DISPENSÃO DE MEDICAMENTOS, 10 X 21, BLOCO 100X1 PAPEL 75G	20,000	Bloco

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	RECEITUARIO AZUL ,SÉRIE B1 , COM 50 FOLHAS, TAM 19, VIA ÚNICA, NA COR AZUL.	100,000	Bloco	13,20	1.320,00
2	RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL, 50x2, TAM 18, PAPEL AUTOCOPIATIVO	1.000,000	Bloco	18,10	18.100,00
3	GUIA DE REFERENCIA, TAM OFICIO, 50X2, PAPEL 75G, PAPEL AUTOCOPIATIVO	300,000	Bloco	23,83	7.149,00
4	CARTILHA GESTANTE - PAPEL 180G - TAMANHO OFICIO DUAS CORES / 28X20 ABERTA - PAPEL 60KG - 10 PAGINAS / FRENTE E VERSO	300,000	Unidade	12,97	3.891,00
5	CARTÃO DE IMUNIZAÇÃO DE ADULTO COLORIDO - 21x15 PAPEL 60KG	1.000,000	Unidade	2,43	2.430,00
6	ATESTADO MÉDICO, 100 FOLHAS, TAM 18 PEPAL 75G	60,000	Bloco	14,42	865,20
7	MAPA DIARIO DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL, COM 100 FOLHAS, TAM OFICIO PAPEL 75G.	50,000	Bloco	18,43	921,50
8	BOLETIM DE RECONHECIMENTO, COM 100 FOLHAS, TAM OFICIO PAPEL 75G.	20,000	Bloco	18,70	374,00
9	FOLHA DE ANAMNESE HOSPITALAR, COM 100 FOLHAS, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE	10,000	Bloco	22,83	228,30
10	SOLICITAÇÃO DE EXAMES - TAM 18 100x1	200,000	Bloco	18,35	3.670,00
11	TERMO DE RESPONSABILIDADE FRENTE/VERSO - PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO 100 X 1	10,000	Bloco	22,82	228,20
12	FICHA DE ATENDIMENTO AO PACIENTE EXTERNO/EMERGENCIA TAM 18, FRENTE E VERSO	100,000	Bloco	21,83	2.183,00
13	FICHA DE PROTOCOLO DE REQUISICÃO DE MATERIAL, TAM 18, CARBONADA	50,000	Bloco	22,87	1.143,50
14	BOLETIM DE ADMISSÃO, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco	22,70	227,00
15	BOLETIM DE FATURAMENTO HOSPITALAR – OBSTETRICIA E CLINICA, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco	21,70	217,00
16	RESUMO DE ALTA HOSPITALAR, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco	21,87	218,70
17	FICHA DE PARTOGRAMA, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE E VERSO	10,000	Bloco	21,37	213,70
18	FOLHA DE PRESCRIÇÃO MEDICA HOSPITALAR, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE E VERSO	30,000	Bloco	21,03	630,90
19	FOLHA DE SUMARIO DE INTERNAMENTO, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE	10,000	Bloco	21,79	217,90
20	LAUDO MEDICO PARA SOLICITAÇÃO HOSPITALAR, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco	21,70	217,00
21	FOLHA DE FICHA A, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE E VERSO	2,000	Bloco	25,67	51,34



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
22	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR, 100x1, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco	21,48	214,80
23	MAPA DE TEMPERATURA DE GELADEIRA DA SALA DE VACINA, 100X1, PAPEL 75G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco	21,79	217,90
24	FORMULÁRIO RAAS DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE E VERSO	30,000	Bloco	21,10	633,00
25	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL INDIVIDUALIZADO – CAPS , 100X1, PAPEL 75G, TAMANHO OFICIO	30,000	Bloco	21,37	641,10
26	FICHA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR E-SUS (SAD), PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE E VERSO	30,000	Bloco	21,59	647,70
27	FICHA DE AVALIAÇÃO DE ELEGIBILIDADE E ADMISSÃO, 100X1, PAPEL 75G, TAMANHO OFICIO	20,000	Bloco	20,55	411,00
28	PRONTUARIO DE ATENDIMENTO PSICOLOGICO – CAPS, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO, FRENTE E VERSO	10,000	Bloco	21,66	216,60
29	LAUDO MÉDICO ESPECIALISTA, 100X1, PAPEL 75G, TAMANHO OFICIO	10,000	Bloco	21,70	217,00
30	FICHA DE VISITA DOMICILIAR DOS AGENTES DE ENDEMIAS, TAMANHO 15 X10	10.000,000	Unidade	0,30	3.000,00
31	RESUMO SEMANAL DOS TRABALHADORES 100x1 FRENTE/VERSO, PAPEL 75 G, TAMANHO OFICIO	20,000	Bloco	20,86	417,20
32	FICHA DE ITINERARIO DE TRABALHO DO AGENTE, 100X1, TAMANHO OFICIO, PAPEL 75G	20,000	Bloco	21,79	435,80
33	BOLETIM DIARIO DE DISPENSÃO DE MEDICAMENTOS, 10 X 21, BLOCO 100X1 PAPEL 75G	20,000	Bloco	18,21	364,20

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 51.913,54 (cinquenta e um mil, novecentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos)

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A análise de parcelamento do objeto visa promover a competitividade e deve ser abordada conforme os princípios de eficiência e economicidade. O parcelamento, nos termos do art. 40, V, b, e art. 11 da Lei nº 14.133/2021, deve ser considerado quando viável e vantajoso para a Administração, sendo essa análise obrigatória no ETP, conforme art. 18, §2º. No contexto atual, a divisão por itens ou lotes, conforme identificado na 'Seção 4 - Solução como um Todo', é tecnicamente possível e desejável para ampliar a competitividade garantindo alinhamento com os princípios estabelecidos no art. 5º.



Com base no §2º do art. 40, a possibilidade de parcelamento do objeto em itens ou etapas revela-se tecnicamente viável. A estrutura do mercado, constatada por meio da pesquisa de fornecedores, permite que partes distintas do objeto sejam fornecidas por especialistas, o que promove a ampliação da competitividade conforme o art. 11, reduzindo a complexidade das exigências de habilitação. Tal estratégia permite o aproveitamento das peculiaridades de fornecedores locais e a obtenção de ganhos logísticos, conforme observado nas demandas dos setores envolvidos e revisões técnicas.

Apesar da viabilidade do parcelamento, a execução integral do objeto pode ser mais vantajosa e é considerada conforme o art. 40, §3º. A consolidação da contratação pode assegurar economia de escala e uma gestão contratual mais eficiente (inciso I), além de preservar a funcionalidade de um sistema único e integrado (inciso II). Além disso, a padronização e a exclusividade de fornecedor (inciso III) podem justificar a escolha por essa opção, minimizando riscos à integridade técnica e responsabilidade.

A decisão entre parcelamento e execução integral impacta diretamente na gestão e fiscalização. A execução consolidada simplifica a gestão contratual e a preservação da responsabilidade técnica, enquanto o parcelamento pode facilitar o acompanhamento de entregas descentralizadas, mas complica a administração e fiscalização, aumentando a complexidade administrativa, conforme as capacidades institucionais existentes e princípios de eficiência descritos no art. 5º.

Concluindo, recomenda-se a execução integral do objeto, alinhada aos 'Seção 10 - Resultados Pretendidos', priorizando objetivos de economicidade e competitividade conforme os artigos 5º e 11. Essa alternativa respeita os critérios estabelecidos no art. 40 e fundamenta-se em uma avaliação abrangente das condições logísticas, funcionais e contratuais destacadas nas demais seções do ETP.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O alinhamento da contratação com os instrumentos de planejamento da Administração Pública, conforme previsto no artigo 12 da Lei nº 14.133/2021, visa assegurar que as demandas identificadas sejam antecipadas de forma a otimizar o orçamento, promovendo coerência, eficiência e economicidade, em concordância com os princípios estabelecidos nos artigos 5º e 11 da referida lei. Entretanto, neste caso, não foi identificado um Plano de Contratação Anual (PCA) para o processo administrativo em questão, o que exige uma justificativa para sua ausência. Essa ausência se dá devido a demandas imprevistas que surgiram e exigiram uma resposta imediata, dentro das disposições legais, como as permissões descritas no artigo 75. Como ação corretiva, será proposta a inclusão da aquisição na próxima revisão do PCA, além de implementações de medidas de gestão de riscos para evitar a recorrência de tal situação. Apesar da ausência atual no PCA, o alinhamento parcial é realizado com a aplicação de medidas corretivas futuras, assegurando que a contratação contribuirá para alcançar resultados vantajosos, ampliando a competitividade, promovendo transparência no planejamento e alinhando-se aos resultados pretendidos.



10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação dos materiais gráficos destinados às Unidades Básicas de Saúde e ao Hospital Municipal de Chorozinho-CE busca garantir a continuidade do atendimento médico de qualidade, aumentando a segurança e a eficiência na prescrição de tratamentos. Os resultados pretendidos com esta aquisição incluem a otimização dos recursos institucionais, conforme previsto nos arts. 5º e 18, §1º, inciso IX da Lei nº 14.133/2021, visando uma economicidade significativa. Esperam-se ganhos substanciais em eficiência operacional pela padronização e adequação dos materiais utilizados, que minimizarão custos operacionais associados ao retrabalho e ao desperdício de papel. A racionalização dos processos administrativos por meio de materiais gráficos bem delineados também contribuirá para a redução de tempo dos profissionais de saúde na administração documental, permitindo uma maior dedicação ao atendimento dos pacientes, assim otimizando recursos humanos.

Além disso, ao fundamentar-se na pesquisa de mercado e na descrição da necessidade da contratação, a solidez das operações será fortalecida com a redução de custos unitários decorrente de melhores práticas de aquisição e gestão. Este processo também está alinhado ao art. 6º, incisos XX e XXIII, oferecendo uma base robusta para o termo de referência subsequente. As medidas econômicas, como a obtenção de materiais a preços mais competitivos, refletem o princípio da competitividade mencionado no art. 11, promovendo uma utilização mais eficiente dos recursos financeiros. Para assegurar que esses resultados sejam alcançados, instrumentos de medição de resultados (IMR) serão implementados, permitindo a monitoração contínua e precisa mediante indicadores quantificáveis, com intuito de comprovar economias projetadas e refletir uma gestão pública responsável.

Desta forma, a aquisição não só se justifica pelo impacto positivo direto no atendimento aos pacientes e suporte aos profissionais, mas também reforça o compromisso com a economicidade e a eficiência dos recursos públicos. Ainda, os resultados pretendidos se conectam diretamente aos objetivos institucionais, atendendo ao art. 11 e garantindo que o dispêndio público seja alocado de forma a promover o melhor aproveitamento possível dos recursos disponíveis.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As providências internas antes da celebração do contrato, conforme art. 18, §1º, inciso X, serão essenciais ao ciclo de planejamento e governança da contratação, assegurando sua execução eficiente e a consecução dos objetivos de 'Resultados Pretendidos', mitigando riscos e promovendo o interesse público, com base em 'Descrição da Necessidade da Contratação'. Essas medidas integrarão o planejamento e articularão com a definição da solução e o modelo de execução contratual. Os ajustes físicos, tecnológicos ou organizacionais necessários ao ambiente onde o objeto será executado serão descritos, justificando sua relevância para viabilizar os benefícios esperados. Essas providências serão organizadas em um cronograma detalhado, especificando ações, responsáveis e prazos, a ser anexado ao ETP, seguindo a ABNT,



destacando que a ausência desses ajustes poderá comprometer a execução, como riscos à segurança operacional ou instalação de equipamentos.

A capacitação dos agentes públicos para gestão e fiscalização do contrato será abordada, justificando tecnicamente como o treinamento assegurará os resultados previstos, segmentada por perfis como gestor, fiscais e técnicos, conforme a complexidade da execução, subentendendo a metodologia e, se aplicável, utilizando listas ou cronogramas conforme ABNT. Essas providências integrarão o Mapa de Riscos como estratégias preventivas de mitigação, articulando-se com a unidade de gestão de riscos ou controle interno, quando houver, para evitar comprometer prazos, qualidade ou conformidade legal, garantindo os benefícios projetados.

As ações preparatórias serão indispensáveis para viabilizar a contratação e assegurar os resultados esperados, otimizando recursos públicos e promovendo governança eficiente, alinhadas a 'Resultados Pretendidos', sendo que, se não houver providências específicas, a ausência será fundamentada tecnicamente no texto. Dessa forma, assegura-se que a contratação atenda às necessidades identificadas, respaldando-se em critérios de eficiência e interesse público, conforme preceitos da legislação vigente.

12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

A decisão entre a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) e uma contratação tradicional para a aquisição de materiais gráficos para as unidades básicas de saúde e o hospital municipal vinculados à Secretaria de Saúde do Município de Chorozinho-CE, inicia-se pela análise criteriosa das especificidades da demanda. Esses materiais são essenciais para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento médico e têm uma característica de uso repetitivo e fracionado ao longo do tempo, tornando o SRP uma escolha potencialmente adequada. A padronização e a possibilidade de entregas parceladas são compatíveis com o SRP, que permite realizar a contratação conforme a necessidade, evitando estoque excessivo e gerando economia por meio de compras em escala. No entanto, a ausência de um Plano de Contratação Anual indica uma análise mais detalhada da frequência e histórico da demanda. A contratação tradicional, por sua vez, oferece a vantagem da segurança jurídica imediata para demandas fixas e pontuais, atendendo diretamente ao interesse público por meio de processos administrativos mais diretos e menos complexos.

Os aspectos econômicos evidenciam que o SRP pode trazer uma economia significativa, usando preços pré-negociados e reduzindo os esforços administrativos. Essa modalidade pode garantir uma compra mais vantajosa economicamente para bens adquiridos de forma contínua e em grande quantidade, como os materiais gráficos em questão. Contudo, em situações onde o consumo é mais pontual e bem definido, uma contratação direta ou licitação específica pode ser mais eficiente, reduzindo assim o esforço de gestão sobre contratos de longa duração. A escolha entre as modalidades deve também considerar a agilidade e a competitividade que cada opção pode favorecer (art. 11 da Lei nº 14.133/2021), onde o SRP estruturado com gestão adequada e a possibilidade de revisão recorrente dos termos asseguram maior flexibilidade e alinhamento às necessidades futuras.

Considerando os resultados pretendidos em termos de economicidade e eficiência



para a administração pública, o SRP se mostra adequado por proporcionar maior flexibilidade e a utilização otimizada dos recursos através de uma gestão mais estruturada e adaptada (art. 18, §1º, inciso V), principalmente em contratações futuras planejadas. Em contrapartida, a contratação tradicional poderá ser recomendada em situações onde a natureza da demanda é mais fixa e bem definida, permitindo que a administração responda de forma eficaz e imediata às necessidades do município, conforme os objetivos institucionais previstos no art. 11. Assim, após a avaliação dos aspectos técnicos, econômicos, operacionais e jurídicos, conclui-se que a escolha por uma dessas modalidades contratuais deve garantir que os recursos sejam otimizados, assegurando eficiência, agilidade e competitividade, atendendo da melhor forma possível o interesse público.

13. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

A participação de consórcios na contratação para aquisição de materiais gráficos para as Unidades Básicas de Saúde e o Hospital Municipal de Chorozinho-CE é analisada quanto à sua viabilidade e vantajosidade, em conformidade com os arts. 5º e 18, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021. Considerando a 'Descrição da Necessidade da Contratação', o fornecimento de materiais gráficos, como receiptuários e fichas de atendimento, tem natureza contínua e padronizada, sendo sua execução fundamental para a eficiência e organização dos serviços de saúde. O 'Levantamento de Mercado e Demonstração da Vantajosidade' não indica complexidade técnica ou demanda por múltiplas especialidades que justificariam a composição de consórcios, comuns em obras ou serviços de engenharia. Pelo contrário, a simplicidade e o caráter previsível do objeto tornam a participação consorciada **incompatível**, uma vez que a contratação de um único fornecedor pode otimizar o gerenciamento administrativo, minimizando a complexidade operacional e fiscalizatória.

Os impactos potenciais de consórcios, como aumento na complexidade da gestão e necessidade de compromisso de constituição e responsabilidade solidária, conforme o art. 15, podem não oferecer benefício substancial em comparação à simplicidade e economicidade que um fornecedor único proporciona, especialmente quando se busca eficiência na execução e economicidade na gestão administrativa, conforme os princípios do art. 5º. Além disso, a inexistência de um Plano de Contratação Anual, conforme observado, reforça que a abordagem mais **adequada** para essa demanda específica prioriza soluções diretas e práticas. Dessa forma, a vedação à participação de consórcios é considerada mais **adequada**, assegurando eficiência, economicidade e segurança jurídica na execução contratual, alinhando-se aos 'Resultados Pretendidos' e fundamentada tecnicamente pelas disposições do art. 15 e art. 18, §1º, inciso I.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O estudo de contratações correlatas e interdependentes é essencial para assegurar o planejamento coerente e economicamente eficiente das aquisições públicas, em consonância com os princípios de eficiência, economicidade e planejamento previstos



no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Este levantamento considera aquisições passadas, em andamento, ou previstas, que possam afetar a atual demanda por materiais gráficos para as Unidades Básicas de Saúde e o Hospital Municipal de Chorozinho-CE. Tal análise visa evitar duplicidade de esforços e aproveitar oportunidades de padronização e economia de escala, conforme estabelece o art. 40, inciso V, da citada lei, promovendo uma execução harmônica e integrada das atividades administrativas.

Após análise das informações disponíveis, constatou-se que não há registros de contratações passadas, em execução ou planejadas, diretamente relacionadas à demanda atual por materiais gráficos, tampouco objetos semelhantes passíveis de unificação para incremento de economia ou padronização. Observou-se que não há necessidade de substituir ou ajustar contratos existentes, pois não foram identificados contratos vigentes que coincidam técnica ou logisticamente com a proposta atual. Além disso, a presente solução não depende de pré-requisitos como infraestrutura ou serviços complementares, permitindo sua execução de forma independente, sem interferir em ofertas correlatas.

Conclui-se que, à luz das informações obtidas, a presente análise não exige ajustes nos quantitativos ou especificações técnicas, nem na metodologia de contratação atualmente planejada. Como não se verificaram contratações correlatas ou interdependentes pertinentes, a execução do processo de aquisição poderá seguir conforme estruturado nas seções precedentes, promovendo a consecução eficiente dos objetivos delineados para este ETP. Em vista disso, não há atualmente necessidade de adotar providências adicionais para integrar contratações prévias ou futuras, conforme permitido pelo §2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação de materiais gráficos para as Unidades Básicas de Saúde e o Hospital Municipal vincula-se a impactos ambientais principalmente relacionados à geração de resíduos ao longo do ciclo de vida dos produtos. Conforme o art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021, e com base na descrição da necessidade da contratação, podemos identificar que a produção e o descarte de materiais gráficos geram quantidades significativas de resíduos de papel e plásticos, além de consumo de recursos naturais e energia. Para atenuar tais impactos, sugere-se a implementação de soluções sustentáveis, como o uso de papel reciclado e com certificação FSC, promovendo uma redução na pressão sobre recursos florestais e garantindo um ciclo de vida mais amigável ao meio ambiente.

Além disso, incluir políticas de logística reversa para o descarte de materiais, como toners e cartuchos de tinta, revelam-se **essenciais** na mitigação de impactos ambientais, facilitando a reciclagem e o reuso de componentes, promovendo, assim, a sustentabilidade conforme art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A adoção de novas metodologias sustentáveis, como insumos biodegradáveis e técnicas de impressão de baixo consumo energético, deve ser incorporada no planejamento sustentável das aquisições (art. 12), garantindo um equilíbrio entre eficiência econômica e ambiental (art. 11).



Para assegurar um uso eficiente dos recursos, recomenda-se que os materiais selecionados possuam certificações de eficiência energética, como o selo Procel A, além de estimular práticas que prolonguem a vida útil dos insumos gráficos, assegurando uma competitividade justa sem a geração de barreiras indevidas ao mercado. As medidas mencionadas são indicadas como **essenciais** para otimizar o emprego de recursos, reduzir a pegada ambiental e promover um resultado vantajoso conforme os resultados pretendidos, estabelecendo-se assim um compromisso com a economia circular e a responsabilidade ambiental em consonância com a base legal prevista.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação proposta para aquisição de materiais gráficos para as Unidades Básicas de Saúde e o Hospital Municipal de Chorozinho-CE revela-se viável e necessária, consolidando-se como uma solução operacional eficiente e vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e jurídico. Fundamentado no art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, este posicionamento se alinha diretamente às diretrizes da economicidade e eficiência indicadas no art. 5º e aos objetivos do processo licitatório enumerados no art. 11.

A análise de mercado evidenciou que a contratação atenderá à demanda específica de materiais como receituários e fichas de atendimento, em conformidade com as estimativas quantitativas e financeiras delimitadas na seção 'Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas'. As condições legais e operacionais foram avaliadas, e a escolha pelo processo de dispensa eletrônica, suportada pela fundamentação legal, comprova-se cabível e vantajosa à Administração, garantindo competitividade e isonomia no fornecimento.

Adicionalmente, o planejamento estratégico, conforme estabelecido no art. 40, destaca-se pela coerência com os objetivos da secretaria de saúde, afirmando a contratação como peça-chave para garantir a continuidade dos serviços médicos com qualidade e eficiência. A não adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) foi devidamente justificada, sem comprometimento da economicidade e adequação ao orçamento público.

Conclui-se, portanto, que a contratação dos materiais gráficos atende plenamente ao interesse público, sendo indispensável para otimização dos recursos, melhoria dos serviços de saúde ofertados à população e cumprimento das normativas legais de assistência. Recomenda-se, assim, a concretização do processo licitatório com base nas premissas técnicas aqui elencadas e no suporte normativo vigente, incorporando tais recomendações ao processo administrativo para análise e deliberação final pela autoridade competente, observando as diretrizes do Termo de Referência conforme o art. 6º, inciso XXIII.



Chorozinho / CE, 25 de abril de 2025

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente
IGOR DA SILVA ALBANO
PRESIDENTE

assinado eletronicamente
Dandara Albano de Freitas
MEMBRO

assinado eletronicamente
MAYARD SAVIO DE LIMA GOMES
MEMBRO

